

“Clinical trials, consensus conferences, and clinical practice”

A. Sniderman

The Lancet, vol. 345, July 24: 327-329, 1999

Estudo de *The Lancet* analisa as relações entre as grandes pesquisas sobre eficácia terapêutica e a prática clínica*

Nos últimos anos o campo das práticas clínicas tem constituído cada vez mais objeto de pesquisas sistemáticas que visam estabelecer, a partir de sólidas bases experimentais, as melhores condutas terapêuticas a serem empregadas diante de condições mórbidas específicas.

Nesse sentido, a chamada Medicina Baseada em Evidências (MBE) vem desempenhando um papel cada vez mais decisivo na delimitação da legitimidade das práticas terapêuticas, desde o ponto de vista dos resultados empiricamente demonstrados.

A escolha das condutas clínicas a serem efetivamente tomadas em um tratamento, que ao longo de toda história da medicina ocidental coube ao clínico, passa cada vez mais a ser deliberada a partir das chamadas “evidências experimentais”. Assim, assiste-se uma progressiva mudança de papéis da MBE, que passa de instrumento auxiliar nas tomadas de decisões clínicas, para o de instância reguladora da legitimidade da prática.

Cada vez mais os seguros de saúde tendem a não ressarcir os procedimentos médicos que não estejam explicitamente referendados pela MBE e os seguros contra erro médico tendem a não oferecer cobertura em situações em que o profissional optou por um método sem ampla determinação experimental de sua validade. A MBE assume, portanto, um estatuto jurídico sobre o campo da clínica. O mesmo se passa no campo estritamente mental, com

* Agradecemos a Mônica Teixeira pela indicação desse e do artigo seguinte para a seção de *Resenha de Artigos*.

a chamada Psiquiatria Baseada em Evidências: as racionalidades de ordem epidemiológica e experimental vêm substituindo o olhar clínico voltado para o singular e para a experiência pessoal acumulada.

Os dois principais fóruns contemporâneos nos quais cada conduta terapêutica é validada ou refutada são: a) os grandes julgamentos clínicos (*trials*) e b) as chamadas “conferências de consenso”.

Os primeiros são estudos, em geral multicêntricos, destinados a testar experimentalmente os resultados de uma certa prática clínica. Quanto às segundas, tratam-se de reuniões de especialistas de reconhecida competência em uma determinada área, que buscam chegar a uma conduta padronizada diante de certas situações clínicas específicas.

Um artigo publicado na revista *The Lancet* faz uma aproximação crítica desses procedimentos buscando colocar em evidência seus limites e seus perigos. Dessa forma, o autor mostra que os dados fornecidos por um *trial* clínico referem-se necessariamente a apenas alguns aspectos de uma certa constelação clínica, deixando de fora outros elementos decisivos: tratam-se de recortes parciais que não podem pretender a hegemonia das deliberações de ordem prática.

Além disso, ocorre o problema da *aplicabilidade*. Para que se formem os grupos homogêneos necessários ao método experimental, é necessária a aplicação de critérios muito restritivos de inclusão e de exclusão de pacientes nesses grupos a serem testados. Se, por um lado, os resultados são mais precisos no interior dos grupos assim constituídos, por outro, eles podem ser de baixa aplicabilidade nos casos concretos da prática cotidiana, mais rebeldes a definições estabelecidas *a priori*.

No extremo oposto, estudos menos rigorosos do ponto de vista da delimitação dos critérios de inclusão e de exclusão tendem a ser menos *específicos*, perdendo assim uma parte de seu valor.

Essa busca da autoridade impessoal da “evidência” cientificamente validada, não impede que a maior parte dos estudos que vão nessa direção sejam financiados pelas companhias farmacêuticas, as quais têm papel decisivo tanto no desenho do projeto de pesquisa quanto na análise dos dados.

No que concerne às reuniões de consenso, o artigo mostra que a escolha da chamada “melhor evidência” é necessariamente limitada e depende de interpretação de dados. Como cada participante tem interesse pessoal na sustentação de seus próprios pontos de vista diante das questões face às quais são especialistas, os resultados dos debates não podem deixar de portar as marcas dessa condição de base.

Por outro lado, o que dá autoridade ao resultado de uma reunião de consenso é que ela possa atingir a unanimidade entre seus membros. Contudo, tal unanimidade deve sempre levantar a suspeita de que tenha sido obtida à custa de compromissos e de simplificações.

Dessa forma, o trabalho sustenta que o clínico deve interpretar ativamente os resultados desses procedimentos generalizantes à luz da particularidade da situação com a qual se defronta.

Resta a questão inquietante sobre o futuro das práticas clínicas: estará a ciência engendrando um “Big Brother” supra-humano que, com seu olhar onipresente, deliberará a partir de premissas gerais o que deve ou não ser feito em situações marcadas pelo ímpar e pelo singular?

“Caprices de souris transgéniques”

M. Enserink

La Recherche, 323: 36-37, septembre 1999

Sobre a confiabilidade dos estudos transgênicos

Um artigo publicado no mês de setembro passado em *La Recherche* mostra o grande cuidado que se deve ter com as conclusões das pesquisas genéticas no campo do comportamento. Pelo menos daquelas que se servem da observação do comportamento de animais geneticamente modificados, buscando com esse procedimento retirar inferências sobre o papel dos genes no comportamento humano.

O texto lembra que uma das técnicas mais utilizadas para se estabelecer as bases genéticas de um determinado comportamento consiste precisamente em se eliminar um gene suspeito em uma linhagem de ratos para, em seguida, submeter os animais a testes laboratoriais, controlando-se o comportamento em questão.

Contudo, ocorre, com frequência, que a relação observada por certo grupo de pesquisadores entre um certo gene e um tipo de comportamento seja imediatamente contestada, ou mesmo desmentida, por um outro grupo, mesmo quando as condições experimentais são rigorosamente idênticas.

Um estudo conduzido nos Estados Unidos colocou em evidência a facilidade com que tais contradições podem aparecer.

Três grupos distintos de pesquisadores da genética do comportamento, trabalhando em cidades diferentes, aplicaram a mesma bateria de testes em cobaias da mesma linhagem, submetidas a condições ambientais praticamente idênticas.

Os procedimentos foram escrupulosamente uniformizados. O rigor foi tal que todos os três estudos foram iniciados entre 8h30 e 9h00 do dia 20 de abril de 1998.